



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

RUBIA RODRIGUES CORREA

ENTRE O ACESSO E A RESSOCIALIZAÇÃO: a mediação da informação em
bibliotecas em prisões sob uma análise bibliométrica

BELÉM-PA
2026

RUBIA RODRIGUES CORREA

Trabalho de Curso, apresentado
como requisito parcial para obtenção
de grau de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Universidade
Federal do Pará.

Orientador(a): Prof. Dr João Arlindo
do Santos Neto

BELÉM-PA
2026

RUBIA RODRIGUES CORREA

Trabalho de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador(a): Prof. Dr João Arlindo dos Santos Neto

Data da aprovação: 27/02/2026

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINDADORA

Orientador: Prof. Dr. João Arlindo dos Santos Neto
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira
Universidade Federal do Pará

Ma. Karina de Oliveira Silva
Procuradoria-Geral do Estado do Pará

BELÉM-PA
2026

RESUMO

Este trabalho tem como foco a biblioteca em prisão enquanto espaço de acesso à informação, à leitura e ao conhecimento, considerando sua relação com o processo de ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Nesse sentido, tem como objetivo investigar a produção científica sobre mediação da informação em bibliotecas em prisões, por meio de uma pesquisa bibliográfica e bibliométrica, observando de que maneira esses estudos relacionam o acesso à informação com os processos de ressocialização no contexto penal. No que se refere a metodologia, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e bibliométrica. O corpus analisado é composto por 30 documentos, entre artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, publicados entre 2010 e 2024, localizados em repositórios institucionais, e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e do Banco de Teses e Dissertações da capes (BTD CAPES) e na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Os resultados indicam que a produção científica sobre bibliotecas prisionais e mediação da informação ainda é limitada e concentrada em poucos autores, embora apresente crescimento nos últimos anos. Evidenciam-se fragilidades estruturais, especialmente a ausência do bibliotecário nesses espaços, o que compromete práticas efetivas de mediação e o fortalecimento dos processos de ressocialização no sistema prisional.

Palavra-chave: biblioteca em prisão; mediação da informação; ressocialização.

ABSTRACT

This work focuses on the prison library as a space for access to information, reading, and knowledge, considering its relationship with the resocialization process of incarcerated individuals. In this sense, its objective is to investigate the scientific production on information mediation in prison libraries through bibliographic and bibliometric research, observing how these studies relate access to information with resocialization processes in the penal context. Regarding methodology, the research is characterized as bibliographic and bibliometric. The analyzed corpus consists of 30 documents, including articles, undergraduate theses, dissertations, and theses, published between 2010 and 2024, located in institutional repositories, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), the CAPES Theses and Dissertations Database (BTD CAPES), and the Brazilian Reference Database of Journal Articles in Information Science (BRAPCI). The results indicate that scientific production on prison libraries and information mediation is still limited and concentrated among a few authors, although it has shown growth in recent years. Structural weaknesses are evident, especially the absence of librarians in these spaces, which compromises effective mediation practices and the strengthening of resocialization processes in the prison system.

Keywords: Library in prison; information mediation; resocialization

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca, historicamente, ocupa um papel central na mediação entre a sociedade, a informação e o conhecimento. Ao oferecer acesso gratuito a esses recursos a partir da leitura, esse espaço se consolida como um dos principais canais de democratização do saber permitindo que diferentes sujeitos tenham contato com informações que contribuem para a formação educacional, cultural e social.

Nesse sentido, Garcia (1975, p. 2) destaca que “[...] dada a gratuidade com que distribui a leitura, a biblioteca representa o canal socialmente mais importante de acesso à informação e ao conhecimento [...]”, evidenciando sua relevância como instrumento de inclusão.

Segundo Houaiss (2001 *apud* Morigi; Souto, 2005, p. 190) “a palavra ‘biblioteca’ tem sua origem do grego *biblíon* (livro) e *teke* (caixa, depósito), portanto um depósito de livros” o que historicamente limitou a biblioteca a ser apenas uma guardiã dos livros. A biblioteca deixou de ser compreendida apenas como um espaço de guarda de livros e passou a ser reconhecida como um espaço ativo, com papel social relevante por meio de ações culturais, educativas e informacionais.

Essa compreensão torna-se ainda mais significativa quando se observa a atuação das bibliotecas em contextos marcados por restrições de acesso à educação, como ocorre no sistema prisional.

No âmbito da Biblioteconomia, a definição do termo biblioteca prisional ainda é pouco consolidada, pois de acordo com Lindemann (2020, p.10) “[...] há escassez na definição do termo e a inexistência do conceito [...]”, embora se observe que essas bibliotecas se aproximam das bibliotecas públicas no que se refere aos serviços e recursos ofertados aos usuários, mas não em relação às outras características, como o acesso livre, uma vez que estão dentro de prisões.

Neste trabalho de curso, ao invés do termo “biblioteca prisional” opta-se pelo uso do termo “biblioteca em prisão”, em consonância à defesa de Santos (2022, p. 181) ao afirmar que:

A diferença entre os dois termos, basicamente, é que o primeiro se refere à biblioteca que tem como característica ser prisional e o segundo, à biblioteca que, preservando suas características ‘originais’, está no perímetro de uma unidade prisional.

Este posicionamento é relevante uma vez que a adoção de um ou outro termo explicita a compreensão e a defesa que se faz sobre ele, logo, coaduna-se com o termo “biblioteca em prisão”, pois compreende-se que a biblioteca não é um local que aprisiona e encarcera as pessoas, assim como as prisões são. Neste caso, a biblioteca apenas está inserida na prisão.

Apesar do reconhecimento legal da importância da educação e da informação nos estabelecimentos prisionais, a realidade das bibliotecas nesse contexto é marcada por limitações estruturais, escassez de recursos e, sobretudo, pela ausência de profissionais bibliotecários (Silva, 2025). Diante desse cenário, emerge a problemática que orienta este trabalho de curso: de que forma a mediação da informação pode contribuir para o processo de ressocialização de indivíduos privados de liberdade, considerando a ausência do bibliotecário nos espaços prisionais?

A relevância dessa discussão justifica-se pela escassez de estudos no campo da Biblioteconomia que abordem especificamente a biblioteca prisional e as práticas de mediação da informação desenvolvidas nesses espaços. Além disso, a ausência do bibliotecário compromete não apenas a organização e o funcionamento das bibliotecas, mas também as mediações que possibilitam que o acesso à informação e à leitura se transforme em esperança, afeto, aprendizagem e reflexão.

Silva (2025) evidenciou a importância da mediação da informação e da leitura para mulheres privadas de liberdade e destacou a necessidade de que mais pesquisas fossem realizadas nesta temática.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral investigar a produção científica sobre mediação da informação em bibliotecas em prisões, por meio de uma pesquisa bibliográfica e bibliométrica, observando de que maneira esses estudos relacionam o acesso à informação com os processos de ressocialização no contexto penal.

Como objetivos específicos, propõe-se:

- a) compreender o papel social da biblioteca em estabelecimentos prisionais.
- b) refletir sobre as possibilidades de mediação da informação em bibliotecas em prisões marcados pela ausência do bibliotecário.
- c) identificar a produção acadêmica sobre biblioteca em prisão, mediação da informação e a ressocialização.

- d) conhecer quais são as autorias, abordagens e contextos em que a discussão se dá na produção científica.

Além da presente introdução, este trabalho contém duas seções teóricas, uma com o referencial teórico que discute a mediação da informação e o papel social da biblioteca e outra que versa sobre o acesso à informação no contexto prisional. Essas seções são sucedidas pela metodologia, apresentação e discussão dos resultados e considerações finais.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA

Em diferentes contextos sociais, o acesso à informação e a educação tem sido associado à ideia de mudança, ampliação e progresso de perspectivas e de construir novos caminhos que possibilitam uma mudança na realidade que cerca as pessoas, o que confirma o poder transformador da educação na vida delas.

Parte-se, muitas das vezes, do pressuposto de que a simples disponibilização desse acesso seria suficiente para provocar mudanças na forma como os indivíduos compreendem o mundo em que vivem. No entanto, essa relação não se estabelece de maneira automática. Como afirma Paulo Freire (1996, p. 25) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção [...]”.

Essa reflexão evidencia que o acesso, por si só, não garante transformação, pois a construção do conhecimento depende de condições que possibilitem a participação ativa dos sujeitos, especialmente em contextos marcados por limitações estruturais e desigualdades sociais.

O acesso isolado, sem as mediações necessárias e sem condições que favoreçam a compreensão e a apropriação do conhecimento, não é suficiente para promover mudanças significativas. a informação pode estar disponível, mas ela não necessariamente é apropriada e se transforma em reflexão. Nota-se que sua presença por si só não garante que ela seja absorvida, geralmente a informação existe, está disponível, mas se ela não dialoga com a realidade de quem a recebe, pode tornar pouco ou nada significativo para o indivíduo, assim comprometendo o processo de aprendizagem.

E entre a informação e o indivíduo está a mediação de algo ou alguém, que possibilita a compreensão e construção do aprendizado. Todavia, é na

ausência dessa mediação que se encontram os desafios do acesso à informação no contexto de pessoas em situação de vulnerabilidade social e, sobretudo, com aquelas pessoas privadas de liberdade.

Diante dessa realidade é preciso separar o foco da simples disponibilidade da informação para os processos que permitem que ela seja compreendida de forma eficaz, mais do que questionar se a informação está disponível é preciso questionar se e como ela está sendo mediada. A informação quando não passa por um processo de mediação, ela corre o risco de permanecer estagnada, desconectada da realidade do indivíduo e sem a possibilidade de lhe causar impacto significativo.

É justamente nesse cenário que se abre a discussão sobre a mediação da informação, mais do que disponibilizar informação, é necessário compreender os processos que permitem que a informação seja compreendida pelo indivíduo.

Segundo Almeida Júnior, o conceito de mediação é:

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; onisciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2009 p. 92).

Portanto, trata-se de um processo que envolve escolhas e interferências que afetam de forma direta a maneira como a informação é percebida e utilizada. A mediação não se limita a uma atividade técnica ou neutra, embora a neutralidade seja procurada ela não é alcançada pois a informação é carregada de interesse seja econômico, cultural, ideológico e etc. ela está envolta de significados (Almeida Júnior, 2009). A mediação também se caracteriza por práticas que influenciam a relação entre indivíduo e o conhecimento.

Entretanto, a mediação da informação não deve ser entendida como um meio automático para a transformação social. Responsabilizar a educação, a mediação da informação ou o acesso à informação não garante, por si só, mudanças de comportamento e consciência crítica. Ainda assim, quando realizada de forma consciente, intencional e contextualizada, a mediação pode contribuir para a ampliação de horizontes, estimular a reflexão e criar condições favoráveis a processos de aprendizagem mais significativos (Gomes, 2020).

Nesse sentido, a mediação da informação assume uma dimensão social. Ao ocorrer em contextos atravessados por desigualdades, relações de poder e

diferentes condições de acesso ao conhecimento, a mediação deixa de ser apenas um procedimento técnico e passa a configurar-se como uma prática social (Almeida Júnior, 2009; Gomes, 2020; Santos Neto, 2023). Mediar informação implica interferir, ainda que indiretamente, nas formas como os sujeitos se relacionam com o saber, com a educação e com a própria realidade social.

As escolhas realizadas nesse processo como a seleção dos conteúdos, a forma de organização da informação e as estratégias de acesso produzem impactos concretos nas possibilidades de compreensão e participação dos indivíduos nos processos educativos e informacionais. Essas ações, são definidas por Almeida Júnior (2009) como mediação implícita da informação, pois são realizadas sem a presença do usuário.

Quanto a elas, Santos Neto e Almeida Júnior (2014) salientam ainda que, mesmo pouco vistas e lembradas, há que se atentar para o quanto há de poder nas instâncias de mediação implícita, pois o mediador tomará decisões que afetarão a vida das pessoas que poderão se relacionar ou não com a informação.

A dimensão social da mediação da informação evidencia que o mediador ocupa uma posição de responsabilidade. Ainda que não tenha controle sobre os resultados do processo informacional, sua atuação influencia as condições de acesso e compreensão do conhecimento.

Dessa forma, a mediação não se limita a facilitar o acesso, mas contribui para reduzir distâncias simbólicas e cognitivas entre o sujeito e a informação. Em contextos de vulnerabilidade social, essa dimensão torna-se ainda mais evidente, uma vez que o acesso desassistido tende a reforçar exclusões já existentes.

No campo da Biblioteconomia, a mediação da informação está diretamente relacionada à atuação do bibliotecário. O profissional não atua apenas nos “serviços técnicos” oferecidos por tal, mas desempenha um papel fundamental na criação de condições para que os usuários consigam acessar, compreender e utilizar a informação de maneira significativa.

Sua atuação mediadora ocorre tanto de forma explícita - por meio da orientação direta aos usuários - quanto de forma implícita - nas decisões tomadas em relação à organização do acervo, aquisição de livros, indexação e estruturação dos serviços de referência (Almeida Júnior, 2009).

O papel social do bibliotecário emerge justamente dessa atuação mediadora. Ao intervir nos processos informacionais, o bibliotecário influencia o modo como a informação circula e é apropriada pelos sujeitos.

Seu trabalho não se restringe à somente guardião de livros, o que por muito tempo esse profissional foi estereotipado dessa forma, mas envolve a mediação entre o conhecimento produzido socialmente e os indivíduos que dele necessitam. Nesse sentido, o bibliotecário é o agente que contribui para a democratização do acesso à informação, ainda que enfrente limitações institucionais e estruturais, como no caso das bibliotecas em prisões.

Em muitas unidades prisionais, ainda que seja direito da pessoa privada de liberdade o acesso à informação e à leitura, não é o que se percebe na realidade, conforme evidenciam as pesquisas de Lindemann (2020), Santos (2022) e Silva (2025). A ausência da atuação do bibliotecário tende a comprometer a apropriação do conhecimento. Quando a mediação não ocorre de forma qualificada, a informação pode permanecer inacessível em termos de compreensão, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais. Nessas situações, o acesso existe formalmente, mas não se traduz em aprendizado, reflexão ou mudança de perspectiva.

Compreender a mediação da informação e o papel social do bibliotecário nas prisões torna-se, portanto, fundamental para analisar de que maneira o acesso informacional pode contribuir para processos educativos e sociais, especialmente em contextos como o sistema prisional, nos quais a mediação assume um papel ainda mais relevante.

A literatura tem evidenciado que a mediação da informação e da leitura no contexto prisional assume papel relevante nos processos educativos vivenciados por pessoas privadas de liberdade. Em estudo realizado em uma unidade feminina, Silva (2025) evidencia que a atuação do bibliotecário e de outros agentes como mediadores contribui para a humanização e para o fortalecimento de práticas educativas, embora ressalte que tais ações dependem de condições estruturais e de políticas públicas adequadas para se efetivarem.

Ao analisar o sistema prisional brasileiro, Sousa e Farias (2023) apontam que a ausência formal do bibliotecário no quadro funcional compromete a consolidação de práticas qualificadas de mediação. Para os autores, a presença do profissional é fundamental para que a biblioteca deixe de assumir caráter

meramente assistencial e passe a se afirmar como espaço de garantia de direitos e de promoção da autonomia.

De modo semelhante, Carvalho e Carvalho (2017) destacam que projetos de mediação da leitura em prisões femininas podem favorecer processos de aprendizagem e ressocialização, sobretudo quando articulados a práticas educativas sensíveis às especificidades desse público.

Assim, as pesquisas indicam que a mediação, embora não seja garantia de transformação, constitui elemento central para qualificar o acesso à informação no cárcere. Após discorrer brevemente sobre a mediação da informação, discute-se na próxima seção sobre o acesso à informação no contexto prisional.

3 ACESSO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL

O contexto prisional é marcado por restrições estruturais, sociais e educacionais que impactam diretamente o acesso à informação e ao conhecimento. Embora o encarceramento implique na privação de liberdade, ele não deveria significar a anulação de direitos fundamentais. Nesse sentido, o acesso à informação e à educação deve ser compreendido como parte dos direitos humanos básicos, fundamentais para a dignidade e o exercício da cidadania, inclusive no cárcere. Silva Neto e Leite (2011, p. 11) destacam esses direitos e consideram que:

É importante reconhecer os direitos humanos dos presos como direitos fundamentais do homem, tais como o direito à vida, à saúde e ao bem-estar, compreendendo que esses direitos criam condições para o exercício da cidadania por meio da aquisição de conhecimento e informação.

No Brasil, a importância da educação e da informação no sistema prisional é reconhecida pela Lei de Execução Penal (LEP), Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Brasil, 1984). Essa legislação estabelece direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade e prevê uma série de assistências que o Estado deve assegurar ao apenado, com vistas à sua reinserção social. Entre essas garantias, destaca-se a assistência educacional, que inclui a obrigatoriedade do ensino básico e a possibilidade de formação profissional.

Além da Assistência Educacional, incidem também a Assistência Material, Assistência à Saúde, Assistência Jurídica, Assistência Social, Assistência

Religiosa e Assistência ao Egresso, todas descritas na seção II à seção VII, art. 12 ao art. 27, da LEP, como descrito a seguir:

Seção II – Da Assistência Material, Art. 12. A Assistência Material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. Art. 13. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração. Seção III – Da Assistência à Saúde, Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico. Parágrafo 1º (vetado). Parágrafo 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento. Seção IV – Da Assistência Jurídica, Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado. Art. 16. As unidades de Federação deverão ter serviços de assistência jurídica nos estabelecimentos penais. Seção V – Da Assistência Educacional, Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa. Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Seção VI – Da Assistência Social, Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social: I- conhecer os resultados dos diagnósticos e exames; II- relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido; III- acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV- promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V- promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI- providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho; VII- orientar e amparar, quando necessário a família do preso, do internado e da vítima. Seção VII – Da Assistência Religiosa, Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos internados, permitindo-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa. Parágrafo 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos. Parágrafo 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa. Seção VIII – Da Assistência ao Egresso, Art. 25. A assistência ao egresso consiste: I- na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; II- na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses. Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego. Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta lei: I- o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento; II- o liberado condicional, durante o período de prova. Art. 27. O serviço de

assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho. (BRASIL, 1984).

Nesse sentido, a biblioteca em prisão adquire relevância ao oferecer aos detentos acesso à informação e ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de habilidades de leitura, o atendimento a interesses culturais e educacionais e a ampliação de suas perspectivas de mundo. Trindade (2009) destaca que a biblioteca em prisão pode funcionar como uma janela para o mundo exterior, contribuindo para processos de aprendizagem e reflexão.

Entretanto, nesse ambiente existem desafios: as condições estruturais são precárias; há escassez de recursos, limitação do acervo; como também a ausência de bibliotecários compromete o funcionamento dessas bibliotecas. Essas limitações exigem adaptações das práticas bibliotecárias. De acordo com Colares e Lindemann (2015, p. 205):

[...] no cárcere as regras modificam as teorias bibliotecárias do que é estabelecido como aplicação correta da boa técnica. Por essa razão é necessário adaptar e muitas vezes reinventar padrões de ação, considerando que se trata de usuários com suas especificidades. Essa realidade afeta o planejamento de bibliotecas propriamente dito [...]

Nesse contexto, a atuação do bibliotecário vai além da gestão do acervo, exigindo uma postura ativa e transformadora. No contexto brasileiro, parte da literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação aponta a ausência de regulamentação e de inserção formal do cargo de bibliotecário no sistema prisional como um dos entraves à consolidação das bibliotecas em prisões. Autoras como Costa e Barros destacam que a inexistência do cargo compromete a atuação profissional e a organização desses espaços.

Contudo, conforme observa Silva (2025), essa realidade não se aplica de forma absoluta. No estado do Pará, a atuação do bibliotecário no sistema prisional é prevista em legislação estadual desde 2004, no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), com a criação de vagas específicas para profissionais bacharéis em Biblioteconomia.

Diante dessas limitações, observa-se que o acesso à informação no sistema prisional é, muitas vezes, restrito e marcado por barreiras estruturais e institucionais. Ainda assim, a biblioteca em prisão se configura como um espaço estratégico de democratização da informação, na medida em que possibilita o contato com a leitura, o conhecimento e diferentes formas de informação.

Nesse sentido, a biblioteca em prisão acaba assumindo um significado que vai além do simples acesso aos livros. Em um espaço onde a rotina é controlada e as escolhas são limitadas, a possibilidade de ler, estudar e ter contato com outros conhecimentos pode representar uma das poucas formas de liberdade vivenciadas dentro do estabelecimento prisional.

A leitura permite ao detento refletir, aprender e pensar para além do ambiente em que se encontra. Por isso, a biblioteca pode ser entendida como um espaço de emancipação no cárcere, não por eliminar a pena, mas por oferecer condições para o desenvolvimento pessoal e para a construção de novas perspectivas.

Nesse contexto, a biblioteca pode contribuir para que as pessoas privadas de liberdade ampliem seus conhecimentos e reflitam sobre suas trajetórias de vida, desde que esse acesso seja acompanhado por práticas de mediação que considerem a realidade do cárcere e dos sujeitos que nele se encontram.

A leitura e o acesso à informação assumem, nesse cenário, um papel relevante nos processos educativos no cárcere. Conforme aponta Onofre (2012), a leitura e a escrita contribuem para a aquisição de conhecimentos, melhoram o relacionamento interpessoal e favorecem o desenvolvimento de novas formas de pensar e se comportar dentro e fora do ambiente prisional.

No entanto, a simples disponibilização de livros ou materiais informacionais não garante, por si só, a construção do conhecimento ou mudanças significativas de perspectiva. Quando o acesso não é acompanhado por ações que favoreçam a compreensão e o envolvimento dos detentos, a leitura tende a ter um impacto limitado. É nesse ponto que a mediação da informação se torna fundamental.

A mediação possibilita que o contato com a informação seja orientado e contextualizado, ampliando as chances de que a leitura se transforme em aprendizado significativo. Embora não garanta resultados automáticos, a mediação cria condições mais favoráveis para a apropriação do conhecimento, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais.

Esse entendimento também é reforçado juridicamente pela Lei nº 12.433/2011, que prevê a remição de pena por meio da leitura, reconhecendo o valor educativo dessa prática e reforçando o papel da biblioteca em prisão como

apoio ao processo de ressocialização. Contudo, quando a leitura é reduzida a um instrumento meramente burocrático, seu potencial formativo se enfraquece, tornando ainda mais necessária a atuação mediadora nos serviços informacionais.

Carvalho e Carvalho (2017, p. 159) destacam que:

A ressocialização por meio de serviços bibliotecários, por meio da leitura, de publicações atualizadas e acervos devidamente organizados, mostra-se como um caminho efetivo para a recuperação e ressocialização dos que se encontram privados de liberdade

Assim, a biblioteca em prisão, quando integrada a ações de mediação da informação, pode atuar como um espaço de apoio aos processos educativos e ressocializadores, favorecendo o desenvolvimento intelectual, social e crítico dos detentos. Compreender o breve panorama apresentado, é fundamental para investigar como a produção científica tem abordado a biblioteca em prisão, a mediação da informação e sua contribuição para a ressocialização, aspecto que é explorado a partir da pesquisa bibliográfica e da análise bibliométrica. Para isto, os procedimentos metodológicos que nortearam o estudo são comentados a seguir.

4 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se fundamenta no levantamento e na análise de trabalhos já publicados sobre bibliotecas em prisões, mediação da informação e ressocialização. Conforme Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre determinado tema, reunindo referências teóricas disponíveis em livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros meios escritos e eletrônicos.

Nesse sentido, o método da pesquisa bibliográfica possibilita a revisão da literatura que constitui a base teórica deste trabalho, possibilitando compreender como a mediação da informação e o papel da biblioteca em prisão vêm sendo discutidos no campo da Biblioteconomia. Associada a essa abordagem, utiliza-se a bibliometria como procedimento metodológico complementar, entendida como uma técnica quantitativa de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (Araujo, 2006).

Nesse estudo, a bibliometria é empregada com o objetivo de mapear a produção científica relacionada ao tema, identificando aspectos como autoria, ano de publicação, tipo de publicação, palavras-chave e recorrência dos assuntos abordados, contribuindo para uma visão mais ampla sobre como a mediação da informação em bibliotecas em prisões vem sendo discutida no campo da Biblioteconomia.

Para a realização da análise bibliométrica, foi definido um recorte composto por trabalhos que abordam a temática da biblioteca em prisão, da mediação da informação e da ressocialização.

Esses documentos foram recuperados por meio da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Banco de Teses e Dissertações da capes (BTD CAPES), e repositórios institucionais de universidades brasileiras, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), considerando produções publicadas entre 2010 e 2024.

O corpus da pesquisa é formado por 30 documentos, entre teses, dissertações, artigos de periódicos e trabalhos de conclusão de curso, os quais constituem a base para o levantamento e a análise dos dados apresentados neste estudo.

As buscas foram realizadas a partir de termos relacionados à “mediação da informação”, “biblioteca prisional”, “biblioteca em prisão” e “ressocialização”, contemplando produções publicadas em diferentes períodos e em distintas tipologias documentais. Após a seleção dos trabalhos, os dados foram organizados em uma planilha, o que possibilitou a análise bibliométrica, conforme se apresenta na seção a seguir.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do levantamento realizado foram identificados 30 trabalhos (conforme Apêndice A) que abordam, de forma direta ou aproximada, a temática da mediação da informação em bibliotecas em prisões e sua relação com o processo de ressocialização, mesmo com diferentes enfoques.

Foi levado em conta o tipo de material publicado, as autorias que mais se destacam nesse campo, as palavras-chave e os períodos de publicação para analisar o comportamento da produção. A utilização da bibliometria permitiu mapear essas informações de forma mais objetiva, sem perder de vista a leitura qualitativa dos trabalhos, realizada por meio das sínteses previamente elaboradas.

Considerando a escassez de estudos bibliométricos voltados especificamente à temática de bibliotecas em prisões, as análises desenvolvidas nesta seção são comparadas, quando pertinente, com os resultados apresentados por Cinque *et al.* (2018), que realizaram levantamento internacional na base Scopus sobre o tema. A tabela a seguir indica as tipologias de trabalho recuperadas e o quantitativo de cada uma delas.

Tabela 1- Tipologia dos trabalhos

TIPOLOGIA DO TRABALHO	Nº
Artigos de periódicos	13
Trabalho de conclusão de curso	9
Dissertação de mestrado	5
Tese de doutorado	3

Fonte: dados da pesquisa (2026).

No que se refere à tipologia dos documentos, observa-se uma diversidade de formatos, incluindo artigos de periódicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, conforme apresentado na Tabela 1. Entre os trabalhos analisados, identificou-se que o artigo de Sousa e Pinto (2018) apresenta o mesmo objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso defendido por Sousa em 2017, o que indica possível desdobramento da pesquisa inicial.

Essa variedade indica que a discussão sobre bibliotecas em prisão e mediação da informação não se restringe a um único nível de formação acadêmica, estando presente tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Diferentemente do presente estudo, que contemplou a análise da tipologia documental, o estudo de Cinque *et al.* (2018) concentrou-se em indicadores como países mais produtivos, autores com maior número de publicações e autores mais citados, priorizando aspectos relacionados à produtividade e impacto científico.

Ao analisar os trabalhos que fazem parte deste estudo, é possível perceber que, apesar de cada pesquisa seguiu uma linha diferente, algumas mais voltadas para a leitura, outras para a educação, para as práticas informacionais ou para as políticas públicas, todas acabam convergindo em um ponto comum, isto é, os estudos compreendem a biblioteca em prisão como um espaço de acesso à informação e de democratização do conhecimento.

A biblioteca aparece, na maioria dos trabalhos, como um ambiente que pode favorecer o exercício da cidadania dentro do sistema prisional, ao possibilitar o contato com a leitura, a informação e a educação.

Nesse sentido, as autorias destacam que a biblioteca em prisão possui um potencial para contribuir com o processo de ressocialização, uma vez que oferece às pessoas privadas de liberdade a oportunidade de refletir, ampliar seus conhecimentos e vislumbrar novas perspectivas para além do cárcere.

A Tabela 2 apresenta as autorias com maior número de publicações entre os trabalhos analisados, evidenciando a recorrência de coautorias, o que indica parcerias frequentes na produção científica sobre bibliotecas em prisão e mediação da informação.

Tabela 2 - Autorias com maior número de produção

Autoria	Número de publicações
Sousa, F. L. M.	5
Farias, M. G. G.	2
Monteiro, C. A. B.	2
Zamite, A. I. S.	3
Grigoletto, M. C.	2
Nascimento, A. L.	2

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Essas autorias aparecem de forma recorrente tanto como autorias únicas quanto em coautoria, o que indica uma continuidade de interesse e aprofundamento na temática ao longo do tempo.

Ao comparar os autores com maior número de publicações deste estudo com os resultados apresentados por Cinque *et al.* (2018), percebe-se uma semelhança na distribuição da produção científica. No levantamento realizado a partir da base Scopus, entre 1927 e 2017, foram identificados 62 artigos sobre bibliotecas em prisões em âmbito internacional.

Nesse conjunto, os autores com maior número de publicações são Lehmann (Estados Unidos), Rafedzi (Malásia) e Pulido (Nigéria) que apresentaram entre duas ou três publicações cada (Cinque *et al.*, 2018). De forma semelhante, no presente estudo, os autores Sousa, Farias e Zamite também concentram entre cinco e três publicações. Observa-se, portanto, que, em ambos os estudos, a produção não se encontra concentrada em um único pesquisador, mas distribuída entre diferentes autorias.

Ainda que o volume de produção não seja elevado, essa recorrência revela a consolidação de determinados referenciais teóricos no campo que vêm sustentando as discussões sobre o papel da biblioteca em prisão, da mediação da informação e de suas possíveis contribuições para o processo de ressocialização.

Na próxima tabela listadas as autorias mais citadas no corpus da pesquisa esse levantamento foi feito a partir das referências dos documentos analisados. O objetivo desta tabela não é avaliar a relevância das autorias de modo geral, mas identificar quais referenciais teóricos aparecem com maior frequência dentro deste conjunto específico de estudos. A relação desses referenciais consta na tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Autorias mais citadas

Autorias	Nº de citações¹
Lindemann, C. R.	16
Silva Neto, E. G.; Leite, F. C. D.	15
Trindade, L. L.	14
Almeida Júnior, O. F.	10
Costa, A.; Barros, C. M.	7
Carvalho; C., Carvalho, M. D.	7
Colares, L. B., Lindemann, C. R.	7

¹ Ressalta-se que o número de citações se refere ao número de vezes que as referências são indicadas nos trabalhos, não em relação a quantidade de citações de uma mesma produção dentro dos trabalhos analisados.

Monteiro, C. A. B.	7
Onofre, E. M. C.	5
Santa Anna, J. <i>et al.</i>	6
Costa, A.	5
Fernandes, R. G. S. A.	5

Fonte: dados da pesquisa (2026).

A partir da análise nos trabalhos que compõem este estudo, observa-se que mais se destacam em número de citações são Lindemann, Silva Neto; Leite, Trindade e Almeida Júnior. A frequência dessas autorias indica que suas produções têm exercido forte influência teórica nas pesquisas que abordam a biblioteca em prisão e a mediação da informação.

Ao comparar esses resultados com a pesquisa de Cinque *et al.* (2018), observa-se que, embora autores internacionais como Connor T.P., Curry A., Wolf K., Boutilier S., Chan H. e Bowden T.S. também apresentem número considerável de citações, a frequência das autorias brasileiras é superior no contexto nacional. Isso evidencia que, enquanto a produção internacional contribui com fundamentos gerais sobre a temática, a produção brasileira domina a discussão local e tem maior presença nas pesquisas nacionais.

De modo geral, as produções das autorias brasileiras mais citadas dialogam ao destacar a biblioteca em prisão como um espaço fundamental de acesso à informação e de promoção da cidadania no contexto do cárcere. Além disso, as autorias enfatizam que o funcionamento efetivo desse espaço está diretamente relacionado à presença de práticas de mediação da informação. Dentre as autorias mais citadas, incide Almeida Júnior, O.F., precursor da mediação da informação.

Foi analisada também a distribuição dessa produção por ano, compreendendo o período 2010-2024. Esses dados ajudam a compreender como a produção científica sobre o tema se comporta ao longo dos anos e servem de base para a análise da evolução temporal das publicações, conforme se apresenta no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhos por ano de publicação



Fonte: dados da pesquisa (2026).

O gráfico de distribuição das publicações ao longo do período analisado permite visualizar como a produção científica sobre biblioteca em prisão, mediação da informação e ressocialização se distribuiu entre os anos de 2010 e 2024. Os anos que apresentaram maior número de trabalhos foi 2019 e 2023, com 6 e 7 publicações cada.

Entre 2017 e 2024, observa-se um crescimento gradual na produção científica sobre a temática. Em 2017 apareceram quatro trabalhos, em 2018 um, em 2019 houve um pico de seis publicações, depois houve pequenas quedas em 2020 e 2022 (dois e três trabalhos, respectivamente), em 2023 subiu para sete trabalhos e, em 2024, registrou-se novamente dois trabalhos.

Esse padrão indica que a temática vem sendo explorada de forma crescente, mas ainda concentrada em determinados momentos, com períodos de maior produção intercalados por períodos de menor produção.

Os picos identificados na produção científica ao longo do período analisado encontram dialogam na análise realizada por Silva (2025), que destaca a intensificação dos debates sobre bibliotecas em contexto prisional a

A Figura 1 apresenta a nuvem de palavras construída a partir das palavras-chaves dos trabalhos analisados. Observa-se a predominância de “biblioteca prisional” e “informação”, além de termos como “ressocialização”, “cidadania” e “mediação da informação”. Esses dados confirmam o que já foi identificado nas pesquisas discutidas ao longo do trabalho, nas quais a biblioteca é compreendida como espaço de acesso à informação e como elemento que pode contribuir para o processo de ressocialização no contexto prisional. A seguir, apresenta-se as considerações finais do estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da produção científica selecionada, foi possível compreender que a biblioteca em prisão é frequente nos estudos como um espaço de acesso à informação, à leitura e à construção de conhecimento, sendo frequentemente associada ao fortalecimento da cidadania e ao processo de ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

A literatura analisada reconhece o potencial da biblioteca como ambiente educativo e informacional, capaz de ampliar perspectivas e favorecer processos reflexivos no contexto prisional. Os dados bibliométricos evidenciam que embora haja um interesse contínuo pela temática ao longo dos anos, a produção científica ainda é escassa quando comparada a outras temáticas e concentrada em um número reduzido de autorias.

Essa concentração indica que o tema, apesar de relevante socialmente, ainda carece de maior aprofundamento e diversificação de abordagens no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Um aspecto que se destaca de forma recorrente nos trabalhos analisados é a fragilidade estrutural das bibliotecas em prisões, especialmente no que diz respeito à ausência do bibliotecário como profissional atuante nesses espaços.

A literatura aponta que a falta desse profissional compromete a organização dos acervos, o desenvolvimento de práticas de mediação da informação e a efetivação do potencial educativo da biblioteca. Nesse sentido, a biblioteca tende a funcionar de maneira limitada, muitas vezes restrita à disponibilização de materiais sem ações de mediação.

Assim, a presença do bibliotecário no sistema prisional pode representar um fator relevante para o fortalecimento do papel social da biblioteca. Mesmo

porque, no estado do Pará, por exemplo, está previsto em lei o cargo desse profissional nas prisões. A atuação profissional qualificada contribui para a promoção do acesso à informação, para o desenvolvimento de práticas de leitura significativas e para o fortalecimento de ações voltadas à ressocialização.

De acordo com a pesquisa de Silva (2025), uma educanda relatou que a leitura ampliou sua perspectiva e expectativa de futuro:

[...] de ampliar minha perspectiva e minha expectativa de futuro, pelo melhor, e eu sei que a leitura é uma liberdade. É liberdade porque eu sei que quando eu leio, eu sou livre; o livro me dá essa liberdade [...] (Silva, 2025, p. 175).

Esse relato dialoga com a perspectiva apresentada neste trabalho de que a biblioteca pode atuar como espaço de ressocialização e desenvolvimento pessoal, oferecendo ferramentas para reflexão e construção de sentido, mesmo em contexto de privação de liberdade.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de ampliar as pesquisas sobre bibliotecas em prisões, mediação da informação e ressocialização, bem como de avançar nas discussões sobre a regulamentação e inserção do bibliotecário no contexto penal. Espera-se que os resultados apresentados possam contribuir para futuras investigações e para o fortalecimento do debate sobre o papel social da biblioteca e do bibliotecário em contextos de privação de liberdade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- ARAUJO, C. A. A bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 03 fev. 2026.
- BRASIL. Lei n.º 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa nacional, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 05 dez. 2025
- BRASIL. Lei n.º 12433, de 11 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa nacional, Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 05 dez. 2025.

CARVALHO, C. de. CARVALHO, M. D. de. Projetos de Mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**. São Paulo, v. 4, n. 1, p.136-163, 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/60>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CINQUE, Y. M. S. *et al.* Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base scopus (1927-2017). **Múltiplos olhares em ciência da informação**, Belo Horizonte, vol.8 n. 2, P. 1-9. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16902>. Acesso em: 27 jan. 2026.

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215. 2015. Disponível em: https://media.proquest.com/media/hms/OBJ/UfNAS?_s=b4iU4RibxF5FY5vEhH3FeMMVDyk%. Acesso em: 17 dez. 2025.

COSTA, A.; BARROS, C. M de. Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de Privação de liberdade. **Revista ACB: Biblioteconomia**. Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 427-436, abr./jun., 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1602>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 03 de fev. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: 1996, Paz e Terra. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

GARCIA, M. L. A. O leitor e a biblioteca pública. **Revista da escola de biblioteconomia**, Minas Gerais, v.4, n. 2 (1975), p. 1-12, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36170/28320>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 06 fev. 2026.

LINDEMANN, C. R. Bibliotecas prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-27, 2020.

Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1485>. Acesso em: 17 dez. 2025.

MORIGI, V. J.; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: As visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 189–206, jan./dez 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432>. Acesso em: 12 fev. 2026.

ONOFRE, E. M. C. A leitura e a escrita como possibilidade de resgate da cidadania de jovens e adultos em privação de liberdade. **Revista Educação e Linguagens**. v.1, São Paulo, n.1, p. 46-59. ago./dez. 2012. Doi: <https://doi.org/10.33871/22386084.2012.1.1.46-59>. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduculings/article/view/6340>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SANTOS NETO, J. A. Mediação implícita da informação e os marcadores sociais da diferença: protagonismo e aspectos éticos na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. **Folha de Rosto**, v. 9, n. 2, p. 269-297, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/971>. Acesso em: 08 fev. 2026.

SANTOS NETO; J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O conceito de mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil (ENANCIB), 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG; ANCIB, 2014. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/816/1/GT3Anais2014.pdf#page=90>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SILVA, K. O. **Mediação da informação e da leitura para mulheres privadas de liberdade**: um estudo na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua, no Estado do Pará. 2025. 257f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

SILVA NETO, E. G.; LEITE, F. C. D. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1945>. Acesso em: 16 dez. 2025.

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais**: conceitos, objetivos e atribuições. 2009. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS ANALISADOS

ALEXANDRE, N. S. **Biblioteca prisional e biblioterapia como instrumentos de ressocialização**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e Documentação. Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2729>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BARBOSA, A. G. **Políticas Públicas de Ressocialização no Cárcere com Enfoque na Informação, na Educação, na Leitura e no Trabalho**: Estudo com Egressos do Sistema Prisional Brasileiro. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Da Informação) - Universidade Federal De Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/b278e57f-d397-4e4b-9321-5bca26039fe4/content>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BATISTA, E. M.; GOMES, A. B. Atuação da biblioteca prisional na reintegração de indivíduos apenados. 2024. *in*: XXX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Recife, 2024. **Anais [...]**. Recife: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB), 2024. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3189/2901>. Acesso em: 27 jan. 2026.

CABRAL, M. R. L. **ATUAÇÃO EM BIBLIOTECAS PRISIONAIS**: percepção de formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de biblioteconomia, Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120624/296665.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 jan. 2026.

CASTRO, D. S. **A importância da Biblioteca nas penitenciárias**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/0a92e7a9-9d99-4291-899d-7ddf2bd2ffa5/content>. Acesso em: 27 jan. 2026.

CARVALHO, C.; CARVALHO, M. D. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. 2017. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/60>. Acesso em: 27 jan. 2026.

CORREIA, G. V. C. **Remição da pena pela leitura: a importância da biblioteca prisional**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Gabriella_Viroli_Cavalcanti_Correia_15791076199062_1438.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

COSTA, A.; BARROS, C. M. Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de Privação de liberdade. 2019. **Revista ACB**, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1602>. Acesso em: 27 jan. 2026.

FERNANDES, R. G. S. A. **O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais através do desenvolvimento de dinâmicas culturais**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12669>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LINDEMANN, C. Bibliotecas Prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. 2020. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1485>. Acesso em: 27jan. 2026.

LOPES, F. C. **Mediação da informação no cárcere: uma análise por intermédio da educação nas prisões**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília, SP, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/81cc4c16-fc81-4ac9-a614-17920b1b7fa2/content>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MARINHO, D. F. **O papel social do bibliotecário na biblioteca prisional do presídio desembargador flósculo da Nóbrega na cidade de João Pessoa**. 2023. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Faculdade de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação, vinculado ao Centro de ciências sociais aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/33663/1/DFM20022025.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2026.

MONTEIRO, C. A. B. **Informação encarcerada: o jovem da Geração Internet e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f09778c1-8d87-44ac-8b1e-85126d98ba8d/content>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MONTEIRO, C. A. B. Biblioteca prisional: um relato de reconstrução e retomada do funcionamento. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB), Vitória, ES, 2019. **Anais [...]**. Vitória: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB), 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3128>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SANTA ANNA, J. *et al.* Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. 2015. Artigo periódico. **Revista ACB**, Santa Catarina, SC, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76278>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SANTOS, I. R. **O papel da leitura e da biblioteca na ressocialização de menores infratores**: uma revisão de literatura na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/19238>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SANTOS, L. **A biblioteca em presídio: relatos, à luz dos direitos culturais, de uma bibliotecária na prisão**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, Escola de comunicações e artes, São Paulo, SP 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-20092022-152702/pt-br.php>. Acesso em: 01 mar. 2026.

SANTOS, M. S. **A importância das bibliotecas nas prisões**: promovendo a ressocialização por meio da leitura e do acesso à informação. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e comunicação, departamento de ciências da informação, Universidade Federal do Rio Grande de Sul. Porto Alegre, RS, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/290599>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SILVA NETO, E. G.; LEITE, F. C. D. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. 2011. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1945>. Acesso em: 27 dez. 2026.

SILVA, I. A. R. **A importância das bibliotecas prisionais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, departamento de ciência da informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/4a240fd2-60ff-41c8-ac61-de6fcf5afdcf/content>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SIQUEIRA, L.; MARTINS, R. A biblioteca prisional como fator de ressocialização da população carcerária paulista. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Vitória, ES, 2019. **Anais [...]**. Vitória: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB), 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2136>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SOUSA, F. L. M. **Mediação da informação no cárcere**: atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados. 2021, Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58019/3/2021_dis_filmsousa.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

SOUSA, F. L. M. **Biblioteca Prisional No Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa**: cenário e possibilidades em prol da reinserção social. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, departamento de ciências da informação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32104>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SOUSA, F. L. M.; FARIAS, M. G. G. Desafios da Atuação do Bibliotecário na Biblioteca Prisional Brasileira. 2023. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**. Marília, SP, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12832>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SOUSA, F. L. M.; FARIAS, M. G. G. Vulnerabilidade social e mediação da informação no contexto prisional: inter-relações e percepções. 2020, **Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação**, São Paulo, 2020. Disponível: <https://rbdb.febab.org.br/rbdb/article/view/1319>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SOUSA, F. L. M.; PINTO, V. B. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do instituto penal feminino auri moura costa. 2018. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39672/pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SOUZA, L. K. F. S. **Ressocialização através da leitura**: atuação do bibliotecário no sistema prisional. 2023, Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Estadual do Piauí. Teresina, PI, 2023. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/1385>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ZAMITE, A. I. S. **O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, ES, 2022. Disponível em: https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11590524. Acesso em: 01 mar. 2026.

ZAMITE, A. I. S.; GRIGOLETO, M. C. Biblioteca prisional em foco: das práticas bibliotecárias aos estudos na Ciência da Informação. 2022. **Informação@Profissões**, Londrina, PR, 2022. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/48615/49431>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ZAMITE, A. I. S. *et al.* Bibliotecas prisionais e suas práticas: em discussão as informações disponibilizadas pelo Sistema Prisional Federal. 2023. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/350994>. Acesso em: 28 jan. 2026.